

QUE BRASIL SAIU DAS RUAS?

Rudá Ricci

Diretor Geral do Instituto Cultiva

✉ ruda@inet.com.br

Resumo: O artigo discute o resultado das Eleições de 2014 e a divisão ocorrida no país decorrente da disputa eleitoral. A tese aqui sugerida é que tem-se um país dividido após as disputas presidenciais entre a ética do trabalho e o Estado Providência. De um lado, os que creem no padrão de ascensão social definido pelo esforço pessoal, sintetizado na expressão inglesa do "self-made man". De outro, aqueles que entendem o papel do Estado como algo a garantir serviços públicos e proteção à população. Desta divergência surgiu uma nova militância que se expressou, inicialmente, nas redes e, no segundo turno, nas ruas. Em um segundo momento é analisado a conciliação de interesses, marca da plataforma lulista, após tal divisão.

Palavras-chave: Eleições 2014; ética do trabalho; Estado Providência; país dividido.

Abstract: The article discusses the results of the 2014 elections and the division occurred in the country due to the election. The thesis suggested herein is that the country has become a divided country after the presidential disputes between the work ethic and the welfare state. On one hand, those who believe in social mobility pattern defined by personal effort, synthesized in the English expression "self-made man." On the other, those who understand the role of the state as something to ensure public services and protection to the population. This divergence has emerged a new militancy, which was expressed initially in networks and, in the second round, on the streets. In a second moment, reconciling interests, mark of Lula platform, are analyzed after such a division.

Keywords: Elections 2014; work ethic; Welfare State; divided country.

1. Um país dividido

Primeiro, a constatação: o Brasil que saiu das ruas é um país dividido ideologicamente e, em grande medida, dividido em termos de opção partidária. Não por inteiro, mas é facilmente identificável o recorte geográfico e, em seguida, econômico.

Do ponto de vista ideológico, o Brasil dividido é demarcado pela atuação do Partido dos Trabalhadores (PT). Ninguém da oposição conseguiu galvanizar efetivamente o país. Tanto que os candidatos de oposição nesta

eleição alternaram de lugar ao longo da eleição. E não foi uma alternância cuja distância fosse pequena. Ao contrário, candidatos do PSDB e PSB (Eduardo Campos ou Marina Silva) estiveram próximos e muito distantes durante vários momentos da jornada eleitoral de 2014. Na ponta, Dilma Rousseff se manteve quase todo o tempo entre 35% e 40% das intenções de voto. O eleitorado oposicionista não tinha uma declarada propensão a cravar seu voto em um partido ou liderança. Aliás, 30% do eleitorado, durante três meses de campanha, se diziam indecisos ou propensos a votar em branco ou anular o voto. Ao final, chegamos a 27% do total do eleitorado nesta situação. Neste ponto, parecem existir poucas dúvidas que foi o PT o ponto de referência para o eleitor, não as oposições. A tese que sugiro – e que explorarei mais adiante – é que o Brasil se dividiu entre a ética do trabalho e o Estado Providência. Mas, também, em função de certa compreensão do papel do partido na condução de políticas públicas e seus vínculos com organizações sociais. Finalmente, uma rejeição crescente de setores médios da sociedade na identificação desses vínculos políticos com casos de corrupção, ou seja, como abastecimento financeiro de uma orquestrada base social e política dos governos lulistas.

O fato é que esta rejeição alimentou a emergência – ainda desarticulada nacionalmente, mas cujo polo irradiador foi o estado de São Paulo – de um discurso e mobilizações políticas nitidamente de direita, algo inusitado em nosso país desde o fim do regime militar.

O recorte geográfico se justapõe ao recorte dos benefícios econômicos oriundos das políticas de transferência de renda e fomento ao desenvolvimento do governo federal.

Começamos compreendendo a polarização entre o voto paulista e o voto nordestino. A tabela abaixo indica a divisão do eleitorado entre os dois candidatos, por estado, no segundo turno das eleições presidenciais:

Tabela 1 - Divisão por estado do eleitorado no 2º turno

ESTADO	DILMA (%)	AÉCIO (%)
REGIÃO NORTE		
Acre	36,3	63,6
Amazonas	65,0	35,0
Roraima	41,1	58,9
Rondônia	45,1	54,8
Pará	57,4	42,5
Amapá	61,4	38,5
Tocantins	59,4	40,5
REGIÃO NORDESTE		
Maranhão	78,7	21,2
Piauí	78,3	21,7
Ceará	76,7	23,2
Rio Grande do Norte	69,9	30,0
Paraíba	64,2	35,7
Pernambuco	70,2	29,8
Alagoas	62,1	37,8
Sergipe	67,0	32,9
Bahia	70,1	29,8
REGIÃO CENTRO-OESTE		
Mato Grosso	45,3	54,7
Mato Grosso do Sul	43,6	56,3
Goiás	42,8	57,1
REGIÃO SUDESTE		
Minas Gerais	52,4	47,5
São Paulo	35,6	64,3
Espírito Santo	46,1	53,8
Rio de Janeiro	54,9	45,0
REGIÃO SUL		
Paraná	39,0	60,9
Santa Catarina	35,4	64,5
Rio Grande do Sul	46,4	53,5

Fonte: TSE

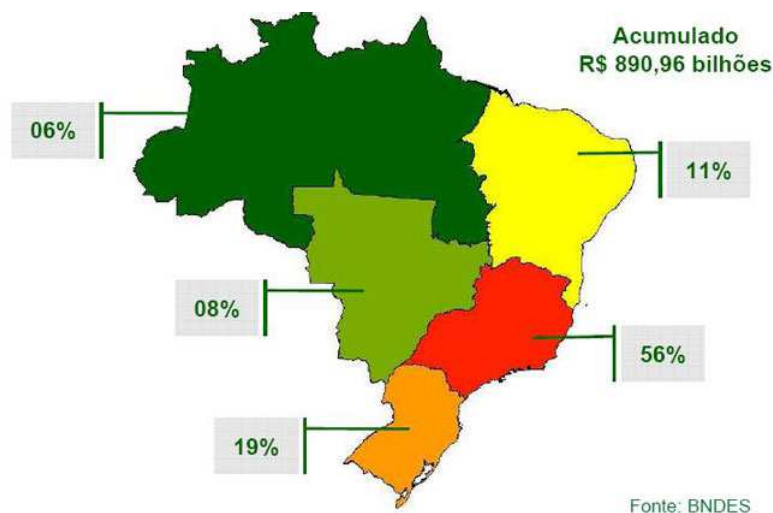
No que tange ao percentual de voto recebido por Aécio Neves – o candidato oposicionista – somente Santa Catarina e São Paulo atingiram o patamar de 64% dos votos. O Acre deu 63,6% dos seus votos ao senador mineiro. A média dos estados do sul (com exceção de Santa Catarina) e dos estados do centro-oeste foi de 56,5%. Trata-se de uma importante média de votos oposicionistas, mas muito abaixo do verificado em Santa Catarina e São Paulo. Pelo peso eleitoral de São Paulo (primeiro colégio eleitoral do país),

este estado foi responsável pela performance do candidato tucano, tanto no primeiro quanto no segundo turno das eleições.

Na outra ponta, os estados do nordeste do país. Dilma Rousseff obteve entre 62,1% (Alagoas) e 78,7% (Maranhão) dos votos nesta região. A média foi 70,8% dos votos nordestinos para a candidata petista. A polarização é muito nítida. O eleitor de 2014 seguiu seus interesses econômicos. Os benefícios oriundos do Programa Bolsa Família e desembolsos do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) constituem a bússola que orientou o voto.

Começamos seguindo o mapa de desembolsos do BNDES, durante o período 2000-2012:

Gráfico 1 - Mapa de desembolsos do BNDES de 2000 a 2012



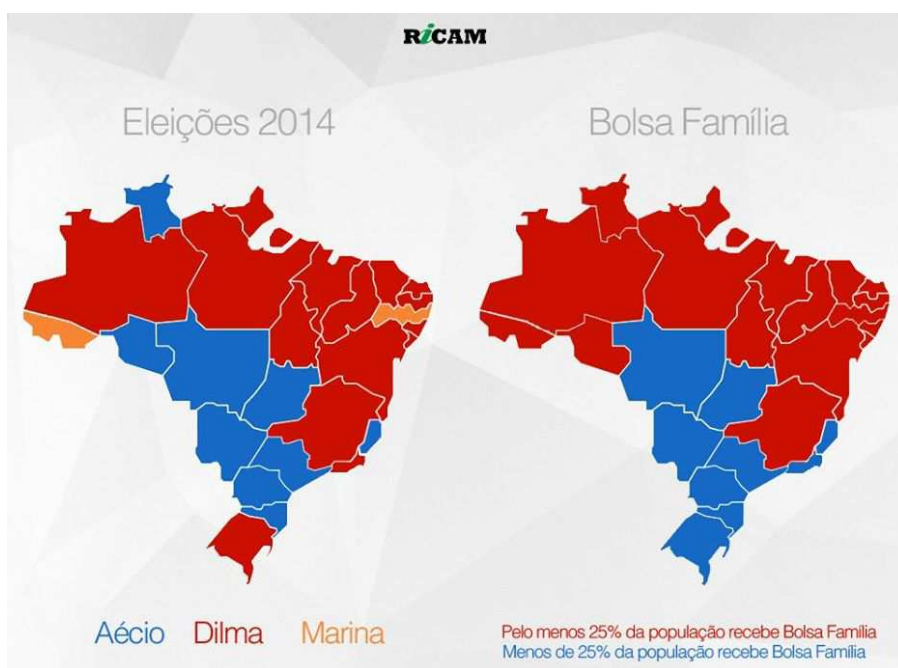
O mapa indica que 75% dos desembolsos do banco de fomento brasileiro foram carregados para as regiões Sudeste e Sul do país. A região nordeste foi contemplada com 11% dos desembolsos. Há, contudo, uma situação não revelada por este mapa, que são as mudanças na partilha dos recursos por região.

Em 2009, no final da gestão Lula, o Nordeste contou com 16% de participação no total desembolsado pelo BNDES entre janeiro e novembro de

2009. Os recursos liberados para aquela região somaram R\$ 19,1 bilhões, com aumento de 185%. Para a Região Norte, os financiamentos foram de R\$ 9 bilhões, uma expansão de 122%. Entre 2003 e 2010, os desembolsos do BNDES para Norte e Nordeste cresceram 657%, tendo o PSI¹ e o Cartão BNDES como instrumentos mais importantes.

No caso do Programa Bolsa Família, a sobreposição com o mapa do voto de 2014 é mais evidente. O mapa abaixo, elaborado pelo consultor econômico Ricardo Amorim, indica a nítida coincidência no que tange o voto do eleitor no primeiro turno desta eleição:

Gráfico 2 – Mapa de correlação entre o resultado do 1º turno e os estados atendidos pelo Programa Bolsa Família



Fonte: Ricardo Amorim

A ética do trabalho e o Estado Providência

O país se dividiu entre a ética do trabalho e o Estado Providência.

De um lado, os que creem no padrão de ascensão social definido pelo esforço pessoal, sintetizado na expressão inglesa do "*self-made man*". Crença

¹ PSI - Programa BNDES de Sustentação do Investimento

liberal que dialoga com a noção de competências e esforços individuais que garantem a empregabilidade, formando um circuito mental e ideológico disseminado ao longo da década de 1990. Numa sociedade marcada pela cultura estamental como é a brasileira, o Estado justo seria o que protege, mas que não intervém na ordem natural do engajamento individual, numa projeção a-histórica e abstrata do reino da meritocracia. Em outras palavras, nesta crença e discurso evaporam a exploração e dominação que marcam a história brasileira e que subtraíram das populações tradicionais e/ou historicamente marginalizadas das benesses dos centros de poder sua condição básica de autogoverno e autodeterminação. Segmentos populacionais descendentes de escravos, populações indígenas, populações de regiões de fronteira ou distantes dos grandes centros comerciais, territórios historicamente definidas como de exploração de matérias primas processadas em terras distantes, segmentos sociais marginalizados pelos centros de poder, enfim, a história começa nesta crença ultraliberal individualista como iniciada hoje, como se o passado fosse uma tábula rasa.

De outro lado, surgem os que se acostumaram à situação de pária e somente na última década perceberam que o mundo da política continua sendo das elites, mas pode gerar condições de inserção no mundo do consumo médio. A inclusão pelo consumo alterou a percepção do papel da política e do voto para amplas camadas sociais subalternas econômica e politicamente. Este é o desenho que o livro “Vozes do Bolsa Família”, de Walquíria Leão Rego e Alessandro Pinzani (Editora Vozes, 2014) revela sobre as mulheres beneficiárias do principal programa de transferência de renda do programa lulista.

Duas visões de mundo opostas no que tange ao posicionamento sobre o papel do Estado.

Desta divergência brotou uma militância renovada que explodiu nas redes sociais e, no segundo turno, saiu às ruas em várias localidades.

Uma militância renovada – mas já conhecida – do PT e apoiadores (na esquerda se denominava de “área de influência”), aguerridos e muito intolerantes às adversidades.

Mas, de outro lado, surgiu uma militância nova, que se postou ao redor da candidatura tucana. Apareceram nas redes sociais e nas ruas – em menor número que a petista, mas, mesmo assim, tão irritadiça e barulhenta quanto – formada, em sua maioria, por jovens de classe média.

Depois de junho de 2013, enfim, parte da juventude brasileira se engajou politicamente. Os mais envolvidos com os protestos de junho continuaram procurando uma terceira via. Nas redes sociais, parte festejou e até se alinhou com a chegada de Marina Silva. Parte se aproximou da candidatura Luciana Genro. Mas uma parte não tão organizada ou posicionada na jornada junina se encaminhou para se opor à continuidade dos governos petistas, fincou pé na crítica à corrupção e aparelhamento do Estado pelo PT e, no confronto que se sucedeu no final do primeiro turno e todo segundo turno das eleições presidenciais, se posicionou contra o que muitos denominaram de “bolivarianismo” petista. Há registros desta nova militância nas redes sociais, como a caminhada das mulheres em prol do candidato do PSDB em Recife no dia 22 de outubro (uma semana antes do pleito) e atos programados na mesma cidade como o evento "Vem para a Rua", marcado para as 18h no Marco Zero, que no Facebook contou com 10 mil confirmações de presença. Não foi somente em Recife. A mobilização social pró-Aécio nessa semana registrou 235 mil convidados e 14 mil confirmações. Os atos programados previram concentrações em São Paulo, no Largo da Batata; Brasília, na Esplanada dos Ministérios; Rio de Janeiro, na praia de Copacabana; Recife, no Marco Zero; Belo Horizonte, na Praça da Estação; Teresina, na Av. Dom Severino com Homero Castelo Branco; Fortaleza, no Espigão Beira-Mar e Ribeirão Preto, na Praça Fiúsa.

A conciliação de interesses lulista a partir da nova divisão

Num clima beligerante como o que se observou no final desta campanha, a conciliação de interesses, marca da plataforma lulista, passou a ter um campo menor de realização. Não se trata mais de uma oposição institucionalizada, de fácil identificação no parlamento. No final da eleição de 2014, a oposição ganhava rostos na sociedade: entre setores empresariais, do agronegócio, entre amplo segmento da classe média, em especial os novos militantes jovens de classe média.

A conciliação de interesses enfrenta, ainda, o conflito eleitoral com parte significativa de um de seus mais importantes aliados dos últimos anos: o PMDB, em especial sua porção nordestina e sulina. Lembremos que a força parlamentar do PMDB está no nordeste e norte do país, onde despontam nomes como os de Renan Calheiros (PMDB-AL), Eunício Oliveira (PMDB-CE), Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), Sarney e Edson Lobão (PMDB-MA), Eduardo Braga (PMDB-AM), Valdir Raupp (PMDB-RO) e Romero Jucá (RR).

Finalmente, ainda no campo partidário, mas não menos importante, uma terceira via começa a se formar, ainda que timidamente. Inicialmente capitaneada pela candidatura de Marina Silva em 2010 e 2014, se insinua entre candidaturas consideradas menos expressivas eleitoralmente, mas que disputam o interesse da juventude nas redes sociais (este ano, as candidaturas de Eduardo Jorge e Luciana Genro se encaixam neste perfil). O PSOL avança sobre o eleitorado petista no Rio de Janeiro.

Enfim, o mapa de polarização PT-PSDB não está mais estável. E a plataforma lulista se ressentida desta multiplicidade de atores políticos e da radicalização dos confrontos programáticos e – ainda que não muito nítido para os próprios novos atores – ideológicos.

Referências

REGO, Walquíria Leão; PINZANI, Alessandro. *Vozes do Bolsa Família*. Autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo: Editora UNESP, 2014.